

FAMÍLIAS DO PROJETO RECA: BREVE HISTÓRICO E APONTAMENTOS.¹

Daniel Dias Ângelo²

Este texto irá apresentar o estudo de mestrado em andamento, *Famílias do Projeto RECA sob o Desenvolvimento Sustentável*, atendo-se: a esboçar sua relevância para a reflexão agrária brasileira, a descrever brevemente o histórico das famílias e a esboçar a problemática suscitada. Ao final, serão feitos alguns apontamentos verificados no trabalho de campo, cujos dados estão em fase de análise, e por isso, terão tratamento preliminar.

O estudo acima citado, focalizado nas famílias camponesas do Projeto RECA, se propõe a analisar as transformações ocorridas no seio da produção socioeconômica e espacial camponesa na busca do Desenvolvimento Sustentável.

Fundado em 1989, o Projeto RECA³ (Projeto de Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado) foi um caminho encontrado pela Associação dos Pequenos Agrossilvicultores para desenvolver economicamente as terras conquistadas. Localizado na região da Ponta do Abunã, divisa de Rondônia e Acre, especificamente na cidade de Nova Califórnia, ele conta com famílias de migrantes sulistas, nordestinos (anteriormente seringueiros) e de outras regiões brasileiras. Majoritariamente oriundos da região sul de nosso país, expulsas do campo pelo avanço da soja e outras grandes *commodities*, migraram para Ponta do Abunã almejando persistir com a formação social, econômica e espacial.

Tal migração ocorreu como movimento colonizador promovido pelo governo brasileiro, o qual

tem se utilizado da colonização como alternativa de dupla mão de sentido: em primeiro lugar, para criar uma “válvula de escape” para a pressão

¹ Esse texto pertence à pesquisa de mestrado intitulada “*Famílias do Projeto RECA sob o Desenvolvimento Sustentável*”, desenvolvida no Programa de Pós Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras, da UNESP/Araraquara; orientado pela Prof^a. Dr^a. Maria Orlanda Pinassi.

² Mestrando do Programa de Pós Graduação em Sociologia pela Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara. Email: danieldiasangelo@yahoo.com.br.

³ Sobre esse tema, BRESLER, Ricardo - *Associação dos Pequenos Agrossilvicultores do Projeto de Reflorestamento – RECA-* in *Aliança na Redução da Pobreza: Possibilidades e Alcances*, São Paulo, FGV/ EAESP, 2001. E MOREIRA, Teresa – org, *Nosso jeito de caminhar – A história do Projeto Reça contada por seus associados, parceiros e amigos*, Brasília, 2003 que discorrem com detalhamento sobre o histórico da formação do RECA.

exercida pelos expropriados nas regiões de concentração fundiária acentuada; e, em segundo lugar, buscando resolver a escassez de mão-de-obra nas novas áreas ocupadas pelos grandes grupos econômicos, de modo a viabilizar seus projetos. (OLIVEIRA, 1990, p. 92)

Por intermédio do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) o governo iniciou projetos de colonização nas margens da Rodovia Transamazônica na década de 70. Quanto maiores se tornavam os grandes latifúndios concentrados pelo capital monopolista nas regiões sul e sudeste, mais as tensões e conflitos no campo se acirravam nos últimos momentos do governo militar, e mais acelerada era a distribuição colonizadora feita pelo mesmo.

Especificamente em Rondônia, local onde se situam as famílias do presente estudo, o referido órgão criou próximo de 79, o Programa Polonoeste, que destinou recursos para a pavimentação da Rodovia BR-364 – Cuiabá-Porto Velho, e para a implantação de vários projetos de colonização. Entre os anos de 73 e 85 o estado recebeu “mais de 110 mil famílias de migrantes candidatos a parceiros nos projetos de colonização do INCRA. Entretanto, desse total apenas 30 mil conseguiram chegar ao lote de terra através do INCRA” (MINC, 1985, p.41 apud. OLIVEIRA, 1990, p.100). A inoperância e negligência do governo na distribuição das terras deixando diversas famílias camponesas sem o objeto prometido pelo projeto colonizador eram evidentes. Nas palavras de MINC:

A maior parte dos migrantes que chegaram a Rondônia não conseguiram lotes nem no primeiro, nem no segundo ano. Outros ganharam lotes em áreas sem qualquer tipo de acesso, distantes mais de 100 km das estradas. Tanto num caso como no outro, estes camponeses se instalaram nos lotes já produtivos de parentes ou amigos na qualidade de agregados ou meeiros. (MINC, 1985, p.43).

Esses poucos chegados a terra, recém intitulados colonos, se depararam com enfrentamentos e tensões sociais. Tinham à frente outros extratos sociais historicamente gerados pela economia dos seringais: os seringueiros e os “donos” da borracha. A tensão economicossocial advindo da exploração dos primeiros pelos segundos (comerciantes do látex) reverberava nos recém chegados sulistas, de modo que, a conquista de terras através do INCRA representava o fim dos seringais e, a extinção da economia e forma de vida dos seringueiros.

Além da negligência na distribuição fundiária, o Estado ignorou sua tarefa de auxílio à manutenção das famílias de colonos. Abandonados a própria sorte e às

dificuldades que a região amazônica oferecia como a malária, não tinham recursos, financiamentos ou qualquer espécie de incentivos, inclusive para satisfazer a determinação do próprio INCRA de desmatarem para produzir se não quisessem perder o lote.

Desprovidos de recursos acumulados, muito distantes dos grandes centros urbanos (Porto Velho e Rio Branco) – como é o caso das referidas famílias, esquecidos tanto pelo governo do Acre como o de Rondônia e por fim, pelo próprio INCRA, esses camponeses optaram por produzir os gêneros que já conheciam anteriormente: arroz, feijão e café. Contudo, como o clima da Amazônia – muito calor, alta incidência de luz, umidade excessiva e solo precário – não era favorável, tais gêneros foram um fracasso e todo o roçado se transformou em desmatamento da Floresta Amazônica. Assim, viveram quase 10 anos de precariedade e difíceis condições de sobrevivência. Foi somente com a ajuda das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT), em específico o bispo Dom Moacyr, e dialogando com as comunidades locais da floresta (caboclos, índios e populações ribeirinhas) que tiveram a idéia de modificar a produção, optando pelos **sistemas agroflorestais** em conjunto com o **sistema associativista** comum no sul.

Com os **sistemas agroflorestais**, replantando espécies nativas da floresta como a Castanha, a Pupunha e o Cupuaçu, os colonos associados puderam atuar frente ao problema de duas formas simultâneas, primeiramente consumindo os frutos alimentares e em segundo lugar vendendo parte da produção para o mercado. Nesse ínterim, nasceu o RECA, uma saída econômica e social que partia do reflorestamento consorciado de espécies nativas da floresta amazônica de maneira adensada (unidas e diversificadas em pequenos espaços).

A estrutura **agroflorestal** e **associativista** do Projeto RECA chamou a atenção de vários órgãos, inclusive internacionais, como o a entidade holandesa Cebemo, atual Bilance. Essa foi a primeira financiadora do início da produção, destinando 958 dólares para cada família por hectare produzido, sendo que cada uma poderia ter no máximo três hectares. O dinheiro desse financiamento era pago posteriormente pelas famílias na forma de produção. Configurava-se nesse momento uma saída produtiva baseada na submissão do trabalho camponês ao capital, ou seja, uma capitalização do trabalho camponês, onde o próprio capital financiava a produção camponesa e recebia como pagamento a renda da terra contida na produção. Estamos,

pois, diante do processo de sujeição do campesinato ao capital, uma sujeição que se dá sem que o trabalhador seja expulso da terra, sem que se dê a expropriação de seus instrumentos de produção. (OLIVEIRA, 1995, p.13)

Todavia, em se tratando de uma introdução, não nos aprofundaremos nessa análise investigativa e teórica citada acima, buscando apenas sinalizá-la para posteriormente, retomá-la de modo a prover todo seu caráter dialético.

Com o passar do tempo, os agrossilvicultores perceberam que a venda da produção *in natura* não era suficiente para cobrir os custos, diante da demanda reduzida e por esse motivo decidiram construir agroindústrias para beneficiamento da matéria-prima. Atualmente, são três agroindústrias: de polpa, de óleos e de palmito de pupunha. A agroindústria de polpa é responsável pelo recebimento, beneficiamento e embalagem da polpa de cupuaçu e açaí. Conta com três trabalhadores fixos e nas épocas de safra emprega aproximadamente trinta diaristas. A agroindústria de óleos extrai e beneficia os óleos de castanha-do-pará, cupuaçu e andiroba; dispondo também de mais mão-de-obra nos momentos de safra. A agroindústria de palmito de pupunha conta com o beneficiamento da produção de todos os agrossilvicultores, em média três mil hastes do palmito por dia.

Tamanho empenho no manejo não predatório da floresta através dos **sistemas agroflorestais** e na manutenção do **associativismo**, fez com que uma nova perspectiva comercial se abrisse a essa economia dos camponeses agrossilvicultores do RECA: o **Desenvolvimento Sustentável**. Através dele, vários selos e certificações foram almejados a fim de conquistar mercados lucrativos para venda, além de parcerias com empresas e demais compradores de seus produtos beneficiados. Esforçaram-se para satisfazer e se enquadrarem dentro dos parâmetros do referido desenvolvimento, o que resultou ano passado, na conquista da **certificação orgânica internacional**.

Toda estrutura social (famílias camponesas), agroeconômica (Projeto RECA), produtiva (agroindústrias) se transformava ao longo da trajetória de desenvolvimento sustentável e o objetivo econômico de comercializar a produção se materializava pelas mãos do Estado e de empresas privadas. Por intermédio do primeiro, nomeadamente por órgãos como: FDA, SUDAM, MAPA, EMATER⁴ e até a PETROBRAS, tinha-se o planejamento, execução e financiamento de projetos de desenvolvimento dos lotes

⁴ As siglas citadas se referem respectivamente a: Fundo de Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

(como reflorestamento das APPs, plantio de outras culturas no SAF, incremento e ampliação das agroindústrias). Já a iniciativa privada se farta das condições sociais e econômicas locais e se relaciona a partir de corporações como a Natura, por exemplo. Atuante no ramo de cosméticos tem como caráter básico de sua produção a sustentabilidade, e por essa razão se transformou em grande compradora da produção dos agrossilvicultores. Não obstante, a atuação da mesma na comunidade vai para além da comercialização, se instaurando em forma de investimentos na produção e também nas questões sociais, chegando até a fomentar – em conjunto com outras organizações nacionais e estrangeiras – a criação e manutenção de uma escola de “formação” agrícola. Denominada Escola Família Agrícola Jean Pierre Mingan, propõe formar dentro da comunidade, técnicos agrícolas de nível médio fixando assim os jovens na terra, dentro da vivência com a agrossilvicultura.

LUTAS, DIFICULDADES E (DES)CAMINHOS: PROBLEMATIZAÇÃO.

O fenômeno que motiva a presente proposta de estudo é: a relação entre o campesinato e o desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, é verificar quais as implicações e transformações a busca do desenvolvimento sustentável, enquanto forma econômico-social, trouxe às famílias camponesas do Projeto RECA.

Esse é um problema de extrema relevância à questão agrária brasileira e aos seus teóricos, uma vez que os camponeses da fronteira amazônica vêm se deparando com o ideário do desenvolvimento sustentável e em grande medida incorporando-o a seus projetos de produção econômica. Contudo, para apreender todas as nuances, trocas e ligações que estruturam essa dinâmica, é necessária resgatar alguns pontos fundamentais da existência camponesa.

Como visto anteriormente, a Associação de Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA é constituída por famílias camponesas que migraram da região sul e sudeste majoritariamente, devido ao avanço dos plantios de gêneros agrícolas para exportação. Sem cogitarem abandonar o campo, migraram para a fronteira amazônica, onde a oferta de terras era grande e favorecida pelo governo. Migrar é um caráter intrínseco ao camponês no seio do desenvolvimento capitalista no campo, e assim,

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar.

Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem.
(OLVEIRA, 1995, p. 11)

Contudo, migrar – mesmo sendo a solução última para essas famílias permanecerem na terra – acarreta grandes problemas as suas produções econômicas e reprodução social. Isso pois, a forma de conhecimento técnico-produtivo dos camponeses está intimamente ligada a sua região de origem, às características do solo, relevo, clima e vegetação.

Ao chegarem à Ponta do Abunã através dos projetos colonizadores efetivados pelo INCRA – como expresso na introdução – mas sem qualquer benefício ou fomento governamental para o início de suas produções, tais famílias acabaram por reproduzir o mesmo padrão produtivo que utilizavam em suas glebas passadas desencadeando no desmatamento da floresta amazônica.

Foi a partir do contato com as comunidades adaptadas a floresta – índios, ribeirinhos, seringueiros e demais comunidades camponesas – que as famílias apreenderam novas técnicas de produção, de manejo da terra, e os gêneros compatíveis com as condições agrárias locais e também fundamentais a sua subsistência. Replantaram espécies nativas como açaí, o cupuaçu, a andiroba, o palmito de pupunha entre outras, de forma consorciada, unindo todas as espécies adensadas na configuração de uma mata. Tal atitude partiu do reflorestamento como proposta econômica e conseqüentemente, agiu remediando o pretérito desmatamento. Configurava-se, pois nesse momento, o primeiro passo dentro da problemática de fixação na terra.

Embora tal reflorestamento representasse uma alternativa, não seria suficiente para satisfazer todas as necessidades da comunidade, demandando o comércio do excedente produzido pelo reflorestamento. Consoante a isso, propuseram com a ajuda da CPT (Comissão Pastoral da Terra) e demais órgãos estrangeiros a Associação de Pequenos Agrossilvicultores do Projeto RECA; bem como a construção das agroindústrias de beneficiamento da matéria-prima. Esse era o segundo passo através da problemática referida.

A ideia do Projeto RECA, nascida da cansada e inesgotável luta das famílias associadas, conquistou diversas organizações e empresas, como – em seu início – os holandeses da Bilance. Na ausência de tais empresas nacionais e estrangeiras o RECA muito provavelmente não teria sido viabilizado, contudo, dialeticamente essa relação trouxe uma série de determinações e características principalmente econômicas para as famílias. Sem entrarmos na análise das mesmas, as quais somente serão feitas na tese a

partir da investigação das hipóteses que indicaremos mais abaixo, pode-se dizer que o resultado básico dessa relação e terceiro passo frente à problemática é a busca do **Desenvolvimento Sustentável**.

Vendo o apoio do Estado e de empresas diretamente ligadas ao comércio e/ou à produção industrial ao seu projeto – pelo fato de confluir dentro dos parâmetros do Desenvolvimento Sustentável – os agrossilvicultores focaram e direcionaram seus esforços neste sentido. O fizeram com tanto empenho, que internalizaram como objetivos da comunidade os do Desenvolvimento Sustentável, vislumbrando retornos econômicos e comerciais. Isso se demonstra no acúmulo de vários prêmios e pela conquista da atual **Certificação Orgânica Internacional**, propagandeados pelo RECA e de expressiva importância para o mercado industrial nacional, conforme percebe-se na relação com a Natureza.

Assim esse terceiro passo dado pela Associação dos Pequenos Produtores do Projeto RECA, é mais que a somatória dos dois anteriores. Expressa-se como síntese de determinantes, capacidades, sincretismos e impossibilidades, que no percurso histórico da região norte, especificamente da fronteira em questão viveram os grupos atualmente formadores do projeto. Assim, essa problemática trás consigo toda a complexidade da busca pela fixação camponesa na terra após a migração do local de origem, exposta tanto nas especificidades quanto nas generalidades. É com base no mergulho dentro dessa complexidade que se batalhará em inferir entendimentos caros a história brasileira e que traduza com força atual o subdesenvolvimento e dependência vividos pelos povos de nosso campo, à luz de todo arcabouço teórico de estudioso como os ressaltados abaixo.

ALGUNS TEÓRICOS, CONCEITOS E ANÁLISES.

A problemática dessa proposta, as famílias camponesas do Projeto RECA sob o Desenvolvimento Sustentável, faz parte da discussão mais cara às Ciências Humanas voltadas para o campo brasileiro: pensar na relação entre os agrossilvicultores e o Desenvolvimento Sustentável é refletir sobre a luta atual dos camponeses pela permanência no campo. Para tanto, subsumem-se ao capital pela circulação, ou seja, não são expropriados e sucumbem, desde os projetos produtivos à comercialização, ao desenvolvimento do capitalismo atual. Os imprescindíveis estudos do Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, atentam para o estudo do eminente **desenvolvimento do**

capitalismo monopolista no campo brasileiro, que na visão do mesmo, expressa-se em suas duas manifestações claras: **territorialização do capital e a monopolização do território**.

A territorialização do capital monopolista pelo campo nacional é um dos processos pelos quais se percebe como o desenvolvimento do capital é contraditório e combinado. Após historicamente tanto separar cidade e campo, urbano e rural, estabelecendo formas particulares de se reproduzir em cada local e muitas vezes contrapondo-os, o capital agora se expressa, ou melhor, expande-se para o campo com base na industrialização da agricultura. Nas palavras do autor já indicado:

O processo de industrialização da agricultura tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os dialeticamente. Isto quer dizer que o campo e a cidade, cidade e campo formam uma unidade contraditória. (OLIVEIRA, 2008, p.474).

Como exemplos desse processo de formação das agroindústrias no meio rural de nosso país tem-se: as usinas de cana-de-açúcar, as indústrias de laranja e as beneficiadoras de soja. Em todos esses casos, o capitalista industrial é o mesmo dono das terras e da agroindústria, ou seja, capitalista industrial e capitalista rural são o mesmo capitalista. “Essa unificação está sendo possível porque o capitalista se tornou também proprietário de terras, latifundiário portanto”, salienta o mesmo autor. Ser proprietário das indústrias e do latifúndio implica em submeter a agricultura às leis da indústria e logo, o funcionamento do campo segue as diretrizes industriais. E

embora tendo no campo um setor de baixa rentabilidade, lá se implanta, mesmo naqueles setores onde o tempo de produção é muito maior que o tempo de trabalho (a razão estrutural do surgimento do bóia-fria). (OLIVEIRA, 1995, p. 52)

Assim, estabelecem-se não só uma transformação nas forças produtivas como também nas relações de produção, onde o trabalhador será assalariado e contratado diretamente pela indústria especificamente nos momentos de colheita. Não é por acaso que grande parte das greves rurais tem sido feitas nas cidades como ocorre com os bóias-frias. Esse é então, o processo de territorialização do capital monopolista no campo. Contudo, não é o único que garante o desenvolvimento capitalista no meio rural.

Conforme explicitado acima, sendo o tempo de produção maior que o tempo de trabalho, reduz-se a mais-valia, e como

(...) a rentabilidade do capital no campo não é elevada, o monopólio industrial preferiu, seguindo os moldes da fração do capital comercial, *implantar-se na circulação, subordinando conseqüentemente a produção à circulação.* (OLIVEIRA, 1995, p.53)

Tem-se aí, a outra forma pela qual ele se expande pelo campo: através da monopolização do território. Diferentemente do primeiro caso, nesse o capitalista se dono da terra não atua diretamente na produção da mesma, repassa a terceiros. Isso ocorre comumente com os sistemas de arrendamento onde o fazendeiro para não dispor de seu próprio capital para preparar a terra e fazê-la produzir, arrenda-a a um camponês sem terra ou pequeno produtor local para no momento da produção cobrar em forma de dinheiro ou produção. Se não proprietário da terra, o capitalista subordina a produção do pequeno proprietário ou camponês, como por exemplo, quando produtores de fumo entregam toda sua produção às multinacionais de cigarro. Nesses dois casos, o capitalista industrial se lança a monopolizar o território sem se territorializar, e assim cria, recria e redefine relações não capitalistas de produção no campo, como a produção camponesa.

Fica nítido, através de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o modo contraditório pelo qual o capital monopolista avança pelo campo: de um lado unindo indústria e agricultura e de outro alastrando o trabalho assalariado e reproduzindo o camponês. Ainda diante da riqueza teórico-dialética do autor, faz necessário nos aprofundarmos mais nesse mecanismo de criação e recriação do camponês, nos utilizando de umas de suas passagens:

O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam as matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura e na suinocultura, por exemplo). Nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital. (OLIVEIRA, 2008, p.478)

Esse é o caráter mais importante e central da monopolização capitalista da terra: sujeitar formas de trabalho não capitalistas, no caso, o camponês. Quando se sujeita o camponês, está se sujeitando de forma direta a **renda da terra**, ou seja, torna a renda da terra capitalizada. E capitalizar a renda da terra é muito mais lucrativo, pois parte dela refere-se a tudo que foi gasto na produção da matéria-prima, e outra parte, ao trabalho de toda a família do camponês. É com base nesse ponto que Martins verifica um aumento da capitalização do colono em relação ao antigo cativo escravo:

(...) o regime escravista apóia-se na transferência compulsória de trabalho excedente, sob a forma de capital comercial, do processo de produção para o processo de circulação, instituindo a sujeição da produção ao comércio. Entretanto, como o lucro do fazendeiro é regulado pelo lucro médio, o seu cativo não apresenta uma forma pré-capitalista de renda (...). (MARTINS, 1979, p.15-16)

Dizer que, do ponto de vista do capitalismo monopolista, sujeitar a renda da terra é a forma mais lucrativa de se capitalizar o trabalho pré-capitalista, é equivalente a mencionar que o camponês tem uma parte consumidora enquanto o cativo não.

Tamanha relevância da apropriação capitalista da renda da terra na atualidade justifica-se porque sem ela o capital monopolista não conseguiria se expandir e o resultado seria o fracasso do sistema capitalista. Isto é,

A produção do capital não pode ser entendida nos limites das relações especificamente capitalistas, pois estas são na essência o processo de *reprodução ampliada* do capital. É uma espécie de acumulação primitiva permanente do capital, necessária ao seu desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1995, p.12)

Chegamos então na proporção macro-estrutural da teoria que embasa o presente estudo, em sua forma histórico-dialética: o capital monopolista demanda grandes acúmulos de capitais⁵ para sua *reprodução ampliada*, a fim de alimentar sua máxima expressão, o **capital financeiro**. Tão caro é o conceito de *reprodução ampliada do capital*, que foi expresso pelo grande filósofo Mészáros quando disse:

Na situação de hoje, o capital não tem mais condições de se preocupar com o “aumento do círculo de consumo”, para benefício do “indivíduo social pleno” de que falava Marx, mas apenas com sua reprodução ampliada a qualquer custo, que pode ser assegurada, pelo menos por algum tempo, por várias modalidades de destruição (MÉSZÁROS, 2003, p. 21).

Enquanto estágio do desenvolvimento capitalista, o capital financeiro rege a economia, transformando tanto as forças produtivas quanto as relações de produção. As transformações das forças produtivas podem ser verificadas pela introdução de novas e avançadas tecnologias: telecomunicações, transportes, informática, robótica, transgênicos, entre outras. Já a modificação das relações de produção cria, de um lado

⁵ A respeito do acúmulo incessante e crescente de capitais, Marx escreveu: “Posto que, portanto, reside na natureza das coisas que a acumulação de um capital é **um antecedente (Vorläufer) necessário** da divisão do trabalho, o trabalho não pode sofrer maiores subdivisões a não ser na proporção em que os capitais tenham se acumulado cada vez mais.” (MARX, 2004, p.58, grifo nosso)

trabalhadores flexíveis e de outro recria formas de trabalho não-capitalistas. De acordo com Antunes,

(...) nas últimas décadas a sociedade contemporânea vem presenciando profundas transformações, tanto nas formas de materialidade quanto na esfera da subjetividade, dadas as complexas relações essas formas de *ser* e de *existir* da sociabilidade humana. A crise experimentada pelo capital, bem como suas respostas, das quais o neoliberalismo e a reestruturação produtiva da era da acumulação flexível são expressão, têm acarretado, entre tantas conseqüências, profundas mutações no interior do mundo do trabalho. Entre elas podemos inicialmente mencionar o enorme desemprego estrutural, um crescente contingente de trabalhadores em condições precárias, além de uma degradação que se amplia, na relação metabólica entre homem e natureza (...). (ANTUNES, 2000, p.15)

Nesse ínterim do desenvolvimento do capitalismo em seu estágio atual, com todas as suas especificidades, personificado pela capital financeiro é que observaremos a relação: Público e Privado, Estado e Empresas; relação direcionadora e organizadora das comunidades tradicionais e do próprio meio-ambiente num formato de desenvolvimento dito: Desenvolvimento Sustentável. Logo, tal compreensão partirá dos engendramentos desses extratos camponeses e de suas relações com o binômio Público-Privado para apreender o conceito, a dinâmica e as conexões do referido paradigma desenvolvimentista.

A RIQUEZA DO TRABALHO DE CAMPO: APONTAMENTOS.

Não cabe por hora qualquer conclusão, obviamente porque o trabalho está em andamento. Mais que uma obviedade, trata-se do momento mais caro à pesquisa, onde todos os testes são realizados, pressuposições cogitadas, hipóteses escritas. Nele os detalhes surgem e fazem da particularidade um determinante transformador da lei geral, protagonistas mudam de cena ampliando o horizonte da dialética. Sobressaem os descaminhos da investigação, os descompassos e coincidências entre pressuposições e constatações. O meio do caminho, o percurso são potencialmente os lugares onde estão contidas todas as variáveis, os fios do tecido social a ser esgarçada pela análise crítica. O substrato e a base sobre a qual deve se assentar o olhar crítico, que faz da ciência social uma ciência humana, sem compromissos e relações com a ciência exata, livre de paradigmas positivistas. Contudo, têm-se travado uma batalha ansiosa na busca de resultados, suplantando a avaliação cuidadosa e responsável da sociedade; na exposição

desenfreada de explicações descomprometidas com a realidade material e suas dinâmicas; na inferência de teses acabadas ignorando-se o debate. E nessa condição é lamentável a perda da análise dos processos e, conseqüentemente da análise dialética dos processos sociais.

O trabalho de campo é por excelência esse “meio do caminho”, a trincheira onde todas as armas e munições da teoria são colocadas à prova, testadas e convidadas a se renovarem diante dos processos que se observam no dia a dia, nas decisões dos grupos e comunidade, nas transformações e conjunções laborais, nas mais variadas facetas personificadas por um mesmo trabalhador. Consoante essa vivência torna-se possível tomar contato com a tremenda complexidade – em específico nesse estudo – das relações e transformações do mundo agrário e na luta pela permanência na terra perpetrada pelos grupos sociais agrários, seja nos processos de reforma agrária ou nas inúmeras atividades laborais realizadas.

Como primeiro apontamento dessa complexidade observada no Projeto RECA tem-se a heterogeneidade dos grupos sociais historicamente constituídos e forjados na região. Uma malha social costurada por índios, ribeirinhos, seringueiros, sulistas, pecuaristas, com especificidades e particularidades desencadeadoras de sincretismos, tensões, conflitos e associações. E na história de relações todos se modificam de forma dialética. Não poderia o sulista ter renovado seu “saber fazer” sem os índios e ribeirinhos, mesmo ameaçando as reservas indígenas através da expansão do colonato. Da mesma maneira, alguns antigos seringueiros tiveram no Projeto RECA a possibilidade de continuar na região com o fim do seringal.

Ainda nessa temática, salienta-se apontar as diferenças substanciais entre os próprios sulistas: de um lado, os descendentes de italianos e, de outro, os descendentes de alemães. Por mais, que já de certa forma passados por um processo de hibridação no sul, tornou-se claro nas investigações de campo os contrastes: organizacionais, políticos, econômicos e culturais. E de forma surpreendente, essas diferenças quando combinadas sintetizam um potencial social, político, e econômico de grande expressão.

Por fim, como último apontamento ainda a ser esmiuçado em suas dinâmicas, é imprescindível ressaltar a condição material de existência e reprodução socioeconômica nos primeiros anos, das colonizações do INCRA até a concretização do RECA (dos sistemas agroflorestais às agroindústrias).

BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, R. Os limites da racionalidade econômica. In: _____. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão. 2ª. Ed. São Paulo/Campinas: Hucitec/Ed. Unicamp, 1998.

ALTIERI, M. A. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS. 2001. (Síntese Universitária 54).

_____. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.

ANTUNES, Ricardo L. C. Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez. 2003.

_____, Ricardo L C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2000.

BAKUNIN, M. Deus e o Estado. A sociedade ou Fraternidade Internacional revolucionária. In: BAKUNIN: Textos anarquistas. Seleção de Textos de Daniel GUÉRIN. Porto Alegre: L&PM, 2006. P. 40-93.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, v.1, n.1, p. 16-37, jan./mar 2000ª.

CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. **A questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

FERNANDES, Florestan. Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

_____. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1974.

FLAVIEN, J. e LAJOINIE, A. A União Soviética. In: _____. **A Agricultura nos países socialistas da Europa**. Lisboa: Avante! 1977.

GOHN, Maria da G. Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

_____. Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola. 1997.

IANNI, Octavio. Desafios da globalização. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. A ditadura do grande capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KROPOTKIN, P. A necessidade da revolução. A próxima revolução. In: _____. **Palavras de um Revoltado**. São Paulo: ícone/imaginário, 2005. P. 33-43.

MARCOS, V. de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de recriação e reprodução camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano (CC Território e Campesinato: referências para uma análise geográfica). Anais do XIV Encontro Nacional dos Geógrafos. Rio Branco-AC, UFAC, jul/2007.

_____. A Comunidade Sinsei e a (U)topia da produção comunitária camponesa. Geosp. São Paulo: Humanitas. N. 2, p. 41-47. 1997.

_____. A construção do território camponês entre velhas e novas utopias. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. São Paulo: USP, mar/2005. P. 8523-8542.

MARTINS, José de S. Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

_____, José de S. Caminhada no chão da noite. São Paulo: Editora Hucitec. 1989.

_____, José de S. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes. 1981

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. **O capital**: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1988. v. 1 (tomos 1 e 2). Cap. 1: A mercadoria (itens: 1. Os dois fatores da mercadoria; 2. Duplo caráter do trabalho representado nas mercadorias; 4. O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo); Cap. 4: Processo de trabalho e processo de valorização; Cap. 21: Reprodução simples.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. História dos Movimentos Sociais no Campo. Rio de Janeiro, FASE: 1989.

MÉSZÁROS, István. O século XXI: socialismo ou barbárie? São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. Para além do Capital. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, A. U. Modo Capitalista de Produção e Agricultura. São Paulo, Editora Ática, 1995.

_____. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: _____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto. 1991. P.45-72.

_____. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org.). **Geografia do Brasil**. 5ª Ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, 2005.

_____. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**. São Paulo: AGB. Ano 19, vol. 21, n. 21, p. 113-156.

PRADO Jr., Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SADER, Emir. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo: Boitempo, 1999.

SANTOS, Boaventura de Souza [Org.]. **Produzir para viver. Os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2005.

VELHO, Otávio G. **Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982